

Corrupción y costos de transacción en la administración pública

Corruption and costs of transaction in the public administration

Custos de corrupção e de transacção na administração pública

Rigoberto Pérez Ramírez*

Universidad Autónoma del Estado de México, México

rferezram@yahoo.com.mx

Resumen

El presente trabajo tiene como propósito analizar el fenómeno de la corrupción en la administración pública mexicana como un costo de transacción desde el momento en que los trámites de los bienes y servicios a cargo de las oficinas burocráticas son retrasados, triangulados y costosos, arrojando con ello consecuencias desfavorables para el gobierno y la economía del país. Para tal fin, el estudio inicia con el método cualitativo, idóneo para la consecución de nuestro objetivo, que analiza institucionalmente los costos de transacción que surgen de los intercambios y decisiones económicas de los agentes. Después se analiza la corrupción administrativa y los resultados de los índices de percepción que dan a conocer organismos tales como Transparencia Internacional, Transparencia Mexicana, INEGI, entre otros; por último se discute la relación causal entre la corrupción y los costos de transacción en la administración pública.

Palabras clave: corrupción, costos de transacción, administración pública.

* Doctor en ciencias políticas y sociales por la UNAM. Profesor de tiempo completo en la Universidad Autónoma del Estado de México. Centro Universitario UAEM Valle de México.

Abstract

The present work has as intention analyze the phenomenon of the corruption in the public Mexican administration as a cost of transaction from the time the formalities of goods and services at the expense of the bureaucratic offices are delayed, triangulated and costly, throwing thereby unfavorable consequences for the government and the economy of the country. For such an end, the study begins with the qualitative method which is suitable for achieving our goal from institutional analysis of transaction costs arising from exchanges and economic decisions of agents, then an analytical approximation is realized to the administrative corruption and to the results of the indexes of perception that announce such organisms as International Transparency, Mexican Transparency, INEGI, between others; later the causal relation is discussed between the corruption and costs of transaction in the public administration, to finally reach the conclusions.

Key words: corruption, costs of transaction, public administration.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar o fenômeno da corrupção na administração pública mexicana como um custo de transação a partir do momento as formalidades de bens e serviços por escritórios burocráticos estão atrasadas, triangulada e caro, jogando assim consequências desfavoráveis para o governo e a economia do país. Para este fim, o estudo começa com a, ideal para alcançar o nosso objectivo, que analisa os custos de transação institucionais decorrentes de trocas e decisões económicas dos agentes de método qualitativo. Depois de corrupção administrativa e os resultados dos índices de percepção divulgado organizações como a Transparência Internacional, Transparência do México, INEGI, entre outras análises; finalmente, é discutida a relação causal entre os custos de corrupção e de transacção na administração pública.

Palavras-chave: corrupção, custos de transação, administração pública.

Fecha recepción: Noviembre 2015

Fecha aceptación: Mayo 2016

Introdução

Actualmente, as mudanças experimentadas pelo foco da administração pública mexicana em questionar sua capacidade de fornecer bens e serviços, especialmente na eficiência e eficácia da Administração Pública (PA), com recursos limitados tem que assistir de forma necessidades adequada, oportuna, abertos, visíveis e responsáveis, e exigências crescentes de uma sociedade mais participativa e exigente, tornando-se a parte mais visível dos custos de transação de governo.

Isso contrasta com o facto de os regimes administrativos tradicionais não necessariamente levou a uma participação ativa da sociedade, o que impediu um claro compromisso da administração pública com os objetivos e valores do serviço público. Essas disfunções patronazgos favorecidas, clientelisms, corrupção, entre outros comportamentos indesejáveis, que ainda mostram em muitos aspectos, especialmente no levantamento custos administrativos. O cenário atual é uma administração pública com graves atrasos que têm destacado a necessidade de mudanças de gestão que atendam ou pelo menos amenizar os problemas.

A função de uma administração vai além de cumprir fornecer bens e serviços; também devem se preocupar com a fazê-lo de forma eficaz e eficiente. Então, agora a administração pública está a cargo da racionalidade (eficácia / eficiência) de todo o quadro de tomada de decisão: a formulação e implementação da política (Aguilar, 1990, 170 p.). Seu objetivo principal também inclui otimização dos recursos disponíveis, que são da mais alta qualidade com o menor custo possível.

No entanto, quando a administração pública é ineficaz, ineficiente e pobre em termos de transparência e responsabilidade no que diz respeito ao combate à corrupção, por conseguinte, a aplicação da lei e da protecção da propriedade são pobres e geram custos elevados transação. Isso pode levar a baixos níveis de investimento e crescimento econômico.

O governo (daí, a administração pública) não está livre de custos para o Estado, ao tomar decisões, concepção e implementação de políticas, incorre em despesas informações recrutamento e troca de direitos de propriedade. Mesmo a intervenção do governo é outro custo de transação (Ayala, 1996, p. 349).

Método

A metodologia proposta, de caráter qualitativo e é ideal para alcançar o nosso objectivo, que é o de analisar o fenómeno da corrupção na administração pública mexicana como um custo de transação a partir do momento as formalidades de bens e serviços por escritórios burocráticos estão atrasadas, triangulada e dispendiosa, criando desfavorável para o governo e as consequências a economia do país. Para isso, o trabalho desenvolve-se em quatro fases. A primeira fase é a análise institucional dos custos de transação como um campo interdisciplinar que procura explicar os diferentes níveis de desempenho económico ou agentes, em termos de produtividade, eficiência e equidade. A segunda fase compreende a abordagem conceitual da corrupção administrativa dos funcionários públicos que abusam de seu escritório, exigindo subornos e propinas para seu benefício pessoal. A licença de construção teórica explicar e entender os resultados, na terceira fase de indicadores qualitativos relativos às organizações divulgados corrupção, tais como a Transparência Internacional, Transparência do México, INEGI, entre outros. Isso nos leva a discutir na quarta fase donexo causal entre os custos de corrupção e de transacção na administração pública.

Primeira fase: quadro institucional dos custos de transação

Dentro da teoria neo-institucional tem vindo a desenvolver a abordagem dos custos de transação, cujo precursor foi Ronald H. Coase, em sua obra seminal "A Teoria da Firma" (1937) e cuja linha de trabalho retoma e desenvolve Oliver E. Williamson (1975, 1985, 1991, 1999), argumentando que os custos de transação é o campo interdisciplinar (economia, teoria da organização, direito, política e administração pública), que visa estudar a organização económica do ponto de vista institucional em comparação, a fim de minimizar os custos de transacção decorrentes nas trocas que ocorrem no sistema económico. Este paradigma institucionalista adota uma abordagem micro-analítica para a organização que o leva a concentrar-se na transacção que ocorre na empresa

tentando explicar os mecanismos de governança dentro e sua extensão a outras formas,¹ tais como integração vertical e diversificação, de modo a minimizar os seus custos.

A questão dos custos de transação que determinam as instituições políticas e sociais é uma das importantes contribuições desta escola. O objetivo principal é demonstrar a importância de comparar diferentes arranjos institucionais² (transações, contratos, incentivos, a hierarquia, o governo e gestão) e esquemas organizacionais nos mercados para a selecção dos planos de produção óptimas para além dos custos dos insumos e tecnologias, como tradicionalmente concebido. Ela também ajuda a entender o crescimento e desenvolvimento de uma sociedade e seu impacto sobre os custos de transação quando as instituições interagir com as condições económicas que determinam o oportunismo potencial e para sua administração pública, gerando custos que tornam as soluções mais eficientes ou menos possível, facilitar as trocas mais ou menos ao longo do tempo, permitir que mais ou menos credível compromissos, e fornecê-lo com maior ou menor reputação (North, 1990). De tal forma que, por meio custos institucionais podem compreender o desenvolvimento de um setor da economia, um aspecto da vida política, ou organização (pública ou privada).

Os custos de transação são uma variável que pode explicar os diferentes níveis de desempenho ou agentes económicos que, em termos de produtividade, eficiência e equidade. Estes podem ser subdivididos em cinco ordens de elementos: os custos do projeto, custos de informação, os custos de negociação (referindo-se aos custos de folhas de processamento, publicação, proposta do estudo e adjudicação do concurso para o contratante e estudo especificações, de registro e de preparação da proposta para o contratante do concurso), monitoramento e custos de execução

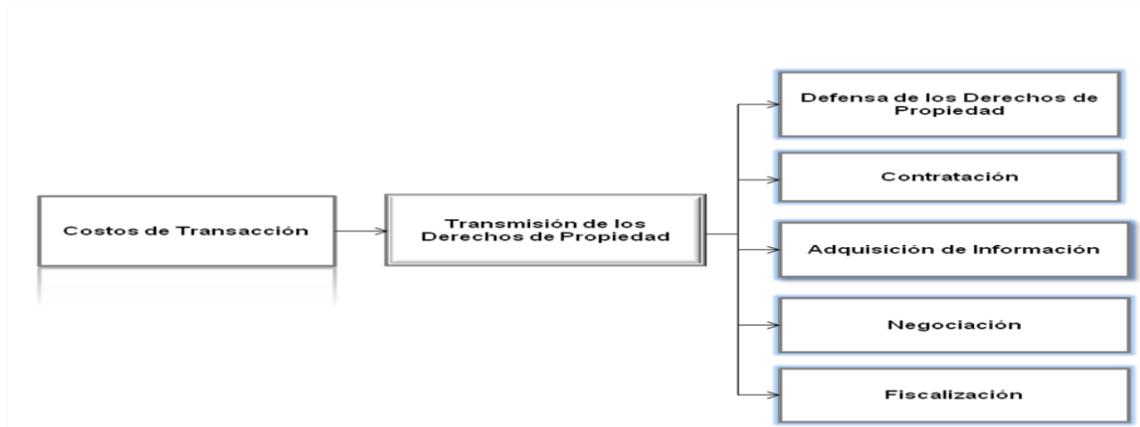
¹ Williamson establece tres formas de gobierno: la de mercado, la jerárquica y un híbrido de ambas. En el mercado las partes son autónomas y tienen un fuerte incentivo que se deriva del flujo de ingresos. La jerárquica se caracteriza por la cooperación y los controles administrativos, implicando grandes costos burocráticos. La híbrida se presenta como una combinación de mercado y jerarquía en donde se sacrifican incentivos en favor de mayor coordinación o donde se sacrifica cooperación en favor de más incentivos.

² Los arreglos institucionales se refieren al entorno jurídico y político (leyes, normas y disposiciones, estrategias para la implementación de las políticas) que los hacen posibles; los actores y las entidades directas del suministro del servicio público; las organizaciones que apoyan a esas entidades en el manejo de los servicios públicos mediante el suministro de bienes y servicios; procesos, prácticas y actividades diversas.

(entendido como necessário para cumprir os contratos de força), e proteção dos direitos de propriedade.

Transferência de direitos de propriedade surgem custos de transação, que incluem os custos institucionais, como os custos de negociação, design, informação, acompanhamento, execução de contratos e proteção dos direitos de propriedade (Figura 1).

Figura 1. Os custos de transação



Fuente: Ayala (2011, p. 183).

Como pode ser visto, os custos de transação são no presente:

- Encontrar informações sobre preço, qualidade, disponibilidade de insumos e condições de mercado.
- Pechinchar entre compradores e vendedores para definir preços e quantidades, tudo que você precisa para chegar a um acordo.
- Proteção dos direitos de propriedade.
- Começar um novo negócio: autorizações e licenças.
- Regulamento de negócios e quadro legal.

Neste último caso, o papel que bem estabelecido estruturas institucionais impacto direto sobre a aplicação dos direitos de propriedade, a equidade do sistema jurídico e regulamentar, por fim, a implementação de uma estrutura formal e informal garante aplicação efectiva das instituições que criam incentivos para aumentar a segurança e que de uma forma ou de outra, baratear os custos das transacções.³

Direitos de propriedade representam uma vantagem sobre a anarquia porque impõem uma ordem social contra qualquer outro estado. Isso ocorre porque as leis ou regulamentos restringir o comportamento egoísta e escolhas dos indivíduos. Os oficiais que violem direitos de propriedade serão punidos coercivamente pelo Estado. Como o Estado define e protege os direitos de propriedade ao longo do tempo você pode criar com duração de instituições formais que fortaleçam organizações e assegurar o uso eficiente dos alvos que eles estabeleceram.

Atualmente, institucionalistas têm mostrado que a transação custos incluem, nomeadamente, a definição, a proteção ea observância dos direitos de propriedade sobre bens ou serviços: o direito de utilizar, o direito aos rendimentos derivados da sua utilização o direito de excluir outros de esse direito e o direito de trocar esse direito para outra.

Do ponto de vista burocrático no setor público,⁴ según Williamson (1999), os custos de transação são vistos como ineficiente, considerando que você costuma fazer bem em algumas operações, mas mal em outros. Por isso, conclui que há possibilidades de a eficiência da burocracia do setor público, mas, como outras formas de governo (mercados, híbridos, as empresas) têm de encontrar o seu site.

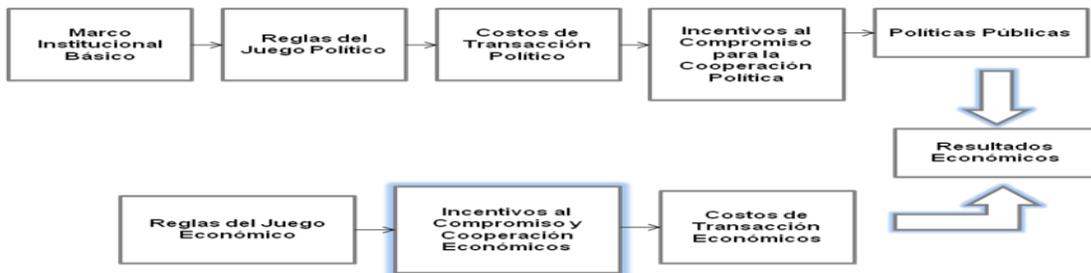
Para uma perspectiva política, os custos de transação relacionados com as trocas que ocorrem em todas as relações contratuais estabelecidas através das regras do jogo político dentro das

³ El tamaño y complejidad del sistema legal y regulatorio afecta el nivel de costos de transacción. Así, la existencia de un aparato regulatorio grande y burocrático contribuye a elevar los costos de transacción, mientras que en el caso de un aparato pequeño y desburocratizado los costos pueden disminuir.

⁴ El sector público es el ente encargado de realizar las actividades políticas y administrativas - programables y medibles en su connotación macroeconómica, administrativa, contable y social requeridas para alcanzar el fin fundamental del Estado: constituirse en un instrumento efectivo de promoción humana, social e individual, tanto en el plano político-social como en el económico (ver Ayala, 1997).

estruturas governamentais considerando mecanismos e padrões organizacionais desde uma inter-temporal perspectiva para cada agente gerado nas diferentes etapas de operações políticas. Na Figura 2 a importância das instituições é ilustrado como eles fornecem a estrutura de incentivos para influenciar os valores dos custos de transação.

Figura custos Análise de transação 2. Política: sequência lógica



Fuente: C. Arias y Caballero (citado por Nienstaedt y Zerpa, 2005, p. 53).

Pode ser visto que o quadro institucional é a base para a formação dos custos de transação e resultados económicos, que os agentes chegam depois de completar seus meados trocas pelas políticas públicas. Assim, os custos de transação influenciar os mercados políticos e do grau de eficiência de tais transações são feitas ao elaborar uma política fiscal, monetária e orçamental. Então, eles dão importância para a estrutura institucional que atua como um conjunto de regras que estimulem a eleição de sujeitos políticos, determinando assim uma solução política.

Segunda fase: abordagem à corrupção administrativa

A corrupção é um mal endêmico que permeia a vida pública no México, ou seja, espaços de política, economia, administração, cultura e social, são cenários mal que corrói suas entranhas.

Ayala (2011), um estado sem sentido de o público é entendido como um site de vantagens e privilégios, que se multiplicam como a corrupção progride verticalmente e horizontalmente em seus escritórios administrativos e burocráticos.

Neste contexto, vários autores têm definido a corrupção como uma relação entre Estado e sociedade, estabelecendo a diferença entre a corrupção "política" e a corrupção "burocrática". A corrupção política pode ser visto como mau uso de um serviço e poder público na formulação e implementação de tais políticas como a corrupção administrativa, que é a política, a autoridade pública é exercida por funcionários eleitos (políticos) e nomeados (burocratas), respectivamente, que desempenhem funções de criação e implementação de políticas públicas. Embora nem sempre é fácil distinguir a corrupção política da administração, pode-se dizer que os principais atores de atos corruptos são, em primeiro lugar, os políticos e, no segundo, os burocratas (Ayala, 2011).

Para Shah e Schacter (2004), a corrupção está listado em três tipos principais: a) a corrupção burocrática administrativa pequeno ou corrupção de um grande número de funcionários públicos abusam do seu escritório, exigindo subornos e propinas, desvio de recursos públicos, ou conceder favores em troca considerações de pessoal-; b) maior-o furto ou abuso de uma quantidade considerável de fundos públicos por um número relativamente pequeno de funcionários e c) "captura do Estado" ou "captura regulatória" -colusión entre agentes públicos e privados para beneficiar a corrupção privado.

De um modo geral, a corrupção é muitas vezes entendido como o abuso de cargo público para benefício privado, de acordo com a Transparência Internacional (TI, 1994). Em outras palavras, a corrupção envolve o comportamento dos funcionários públicos, que podem ser políticos ou funcionários públicos, quando estes são eles mesmos ou pessoas próximas a eles enriqueceram de forma abusiva ou ilegal, através de abuso poder público que lhe foi confiado a eles.

No entanto, esta definição geral é tão ampla que é pouco acessível. Entendida dessa forma, o termo corrupção podem incluir uma variedade de atos ilegais, como corrupção, o nepotismo, extorsão, fraude, tráfico de influência, suborno, favorecimento, lavagem de dinheiro e assim por diante. Estes são todos os atos ilegais que certamente podem ser consideradas diferentes manifestações de corrupção, mas não são iguais em extensão, e as suas causas e efeitos.

Se considerarmos a corrupção ea extorsão,⁵ como formas específicas, mas comum de corrupção no país, em todos os três níveis de governo, juntamente com a definição de corrupção proposto por TI, você tem que a corrupção é a violação de uma obrigação de um funcionário público (burocrata) ou o representante popular (política), a fim de obter um benefício pessoal na forma de dinheiro ou presentes da pessoa que extorque subornos ou.

De acordo com a abordagem institucionalista, a corrupção tem a relação causal no desenho institucional das seguintes opções: a corrupção ocorrerá se as organizações públicas incentivar a desonestidade; por exemplo, através de papelada rigorosa e excessiva que convidar os cidadãos a autoridades corruptas; se a probabilidade de o funcionário é punido quando incorrido em irregularidades é baixo; e se os benefícios de se desviar do serviço público são maiores do que a penalidade. A partir da perspectiva institucionalista, a corrupção não aborda questões morais, mas cálculos estratégicos.

Dessa forma, a corrupção encontra o seu terreno mais fértil quando as decisões públicas são feitas sob um monopólio prático (pessoal ou organizacional), com ampla margem de apreciação, sem critérios de decisão dimensional e mecanismos sem a necessidade de prestação de contas. Pelo contrário, quando o tomador de decisão é plural ou poder é critérios de decisão consensuais objectivos e supervisão e contas de prestação de contas rigorosa avaliadas, a corrupção é um meio ambiente muito mais hostil.

Para Uvalle (2012), uma administração sem supervisão, controlos e sanções, é motivo para incentivar o comportamento indesejável e reprodução da cultura burocrática que tende a consumir recursos públicos de forma desordenada e com incentivos perversos que afetam a gestão fiscal e orçamento do Estado. A degradação da administração pública deve ser evitada por meios legais e sensibilização do público. Se a corrupção administrativa tende a crescer, isso significa que a vida pública é a garantia de que os processos produtivos e sociais são transparentes e eficientes, uma situação que leva ao mau desempenho do sistema econômico, político e social.

⁵ De acuerdo con el Diccionario de la Lengua Española (2001), la extorsión es la amenaza por parte del funcionario público al ciudadano de una medida lesiva para este si no realiza un contraprestación o pago irregular a beneficio del funcionario. Por su parte, soborno es una suma de dinero u otro favor que se ofrece a una persona que ocupa una posición de poder o de autoridad pública, a fin de influir en sus puntos de vista o comportamiento.

corrupção administrativa é o produto de ilegalidades, omissões, imprecisões, arranjos e, acima de tudo, falhas de projeto quadros institucionais onde épicos e se desenvolve. Por exemplo, desvio de orçamento público para diferentes objetivos para consignar a execução do orçamento; favoritismo funcionário público para alguém próximo a contratação de um de obras públicas; enriquecimento ilícito para o benefício de bens públicos, entre outros. Isto implica que a aplicação das regras de direito público não tem o ambiente ideal para ser eficaz, especialmente quando a vontade de aplicá-las é um conjunto de claro-escuro, ou seja, a combinação de elementos certeza formal, mas ao mesmo tempo tendências de discricionariedade (Uvalle, 2012, p. 18).

Deve ser lembrado, diz Uvalle (2012), que a força da ética da responsabilidade na administração pública e serviço público é necessário para desativar as várias formas de corrupção, como condição de suborno, extorsão, a ineficiência, privilégios, esbanjamento e sinecuras violar as regras normativas, uma vez que tende a controlar os esquemas de trabalho com critérios institucionais pessoais e não.

Terceira etapa: resultados

Níveis alarmantes percepção de corrupção que prevalece no México acenderam luzes vermelhas pelo fracasso do governo em suas tentativas para reduzir este fenômeno. De acordo com os resultados das Percepções de Corrupção (IPC), publicado pela Transparência Internacional em 2014, o México foi classificado em 103 de 175 com uma pontuação de 35/100. Nosso país também classifica em último lugar 35/35 entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Estes dados são consistentes com o Banco Mundial (2013), que falha para o México com uma pontuação de 39/100 na sua corrupção indicador de controle e coloca o país em 127, como um dos países mais corruptos do mundo.

Quanto à correlação entre o produto interno bruto (PIB) eo índice de percepção da corrupção, embora não seja possível estabelecer uma relação inequívoca entre as duas variáveis, a evidência empírica mostra que os países com maior PIB per capita tem uma classificação igualmente elevado na CPI (menos corrupto), enquanto os países mais pobres são aqueles com menor

pontuação no combate à corrupção. México em 2014 tinha um PIB per capita de \$ 10 831 e uma pontuação sobre o IPC de 35; isto é, o nosso país tem uma classificação dos países com média de CPI com um PIB per capita entre duas e dez vezes menor do que o seu (casamento, 2015, p. 15).

As Consequências do estudo de corrupção a nível sectorial e Implicações para o Crescimento e Desenvolvimento Económico (2015), realizado pela OCDE, conclui que a corrupção tem um impacto negativo tanto o crescimento e desenvolvimento económico em algumas variáveis de bem-estar que não são capturadas nas medições do PIB, como o desenvolvimento sustentável, saúde, segurança, equidade e outro capital cívico ou social, tais como a confiança (Casar, 2015, p. 16).

Outro indicador revela que os graus de abertura refere-se ao Índice de Opacidade,⁶ produzida anualmente pelo Instituto Milken desde 2000, em que o México realizou a 33 posição de uma amostra de 48 nações e uma classificação de 37 pontos em sua edição de 2009 (ASF, 2014). Este estudo avaliou 5 áreas principais que afetam o crescimento económico: a) a corrupção, b) deficiências no sistema jurídico, c) aplicação de políticas económicas, d) normas de contabilidade e governança corporativa e e) a qualidade regulatória.

A nível nacional, os diversos estudos sobre a corrupção são referenciados avaliações Transparencia Mexicana (TM).⁷ A través do Índice Nacional da Corrupção e Boa Governança (INCBG)⁸ mostraram que, em 2003-2010, a corrupção dobrou desde aumentou de 101 milhões de atos de corrupção em 2003 para 200 milhões em 2010, enquanto o seu custo triplicou, passando de 10 bilhões 600 milhões de pesos o primeiro ano para pouco mais de 32 bilhões de pesos no segundo, o que significava que os pagamentos irregulares são para realizar ou evitar o

⁶ El Índice de Opacidad utiliza una escala de 0 a 100 puntos, donde los valores mayores significan más opacidad y los menores más transparencia en cinco áreas analizadas, las cuales se construyen con 65 variables obtenidas de las instituciones multilaterales internacionales como el Banco Mundial (BM) y el Fondo Monetario Internacional (FMI).

⁷ Transparencia Mexicana es una organización no gubernamental que analiza el problema de la corrupción desde una perspectiva integral para generar cambios concretos en el marco institucional y en la cultura de la legalidad en México.

⁸ El índice registra la corrupción en 35 trámites y servicios públicos ofrecidos en los tres órdenes de gobierno (federal, estatal y municipal) y por empresas particulares. El índice por servicio se obtiene al dividir el número de veces que se obtuvo un servicio mediante un soborno entre el número de veces que se utilizó el mismo servicio. Utiliza una escala de 0 a 100, donde 0 representa menor corrupción y 100 mayor corrupción.

cumprimento de qualquer disposição legal cresceu a uma proporção de dois para um sobre o número de irregularidades (SFP, 2012, p. 187).

Dos 35 procedimentos incluídos no INCBG, cinco são federais na natureza: o recebimento de correspondência; obter o serviço militar primer / isentos militar; obter ou acelerar o passaporte no Ministério dos Negócios Estrangeiros; conexão ou reconexão home luz; e passar as suas coisas num porto posto de controlo aduaneiro, ponto de verificação ou de fronteira. Estes procedimentos estão localizados nas posições 3, 4, 10, 13 e 32 dos 35 serviços avaliados, respectivamente, o que significa que estes "passando as suas coisas em um posto de controlo aduaneiro, ponto de verificação ou de passagem fronteiriço" é o Serviço Federal ele tem a pior classificação, com 28,3 pontos na escala de zero a 100.

A Pesquisa Nacional de Qualidade e Impacto Governamental (ENCIG) 2011,⁹ confirma os resultados de INCBG, como relata que a corrupção ocorre nos três níveis de governo; Centra-se na polícia, os políticos e os promotores; Ela ocorre principalmente nos procedimentos relacionados com a polícia de trânsito e autorizações de construção; e que as principais medidas para combater o problema iria punir os funcionários públicos e facilitar a formulação de queixas e denúncias (SFP, 2012, p. 189).

Em relação sanções sobre funcionários públicos da APF de 1983-2012, o Ministério da Administração Pública e sanções Órgãos de Controlo Interno impuseram 158.352, 87,8% (138.976) foram administrativa, e 12,2% (19.376) foram económica, no montante de 67 922,9 milhões de pesos. O número de sanções cresceu 10 vezes no período analisado, passando de 5.389 no primeiro período para 53,296 penalidades no último período (SFP, 2012, p. 171), como pode ser visto na tabela a seguir.

⁹ Esta encuesta realiza estimaciones a nivel nacional y por entidad federativa, de las experiencias y percepciones de la población de 18 años y más residente en comunidades urbanas de más de 100 mil habitantes, sobre los servicios y trámites públicos que ofrecen los tres órdenes de gobierno, en 31 trámites y servicios que van desde el pago de predial, la obtención de agua potable y la licencia de manejo hasta trámites ante el ministerio público o en un juzgado o tribunal; de los cuales 9 son de orden municipal o delegacional, 12 estatal y 10 federal. La escala de calificación es de 1 a 10, donde 1 significa menor satisfacción y 10 mayor satisfacción con los trámites y servicios con lo que se ha entrado en contacto.

Tabela I. As sanções impostas pela SFP ea OIC, 1983-2012

Periodos						
Sanciones	1983-1988	1989-1994	1995-2000	2001-2006	2007-2012	Total
Total	5 389	27 891	37 275	34 501	53 296	158 352
Administrativas	4 709	25 828	31 383	28 674	48 382	138 976
Part. (%)	3.4	18.6	22.6	20.6	34.8	100
Amonestación privada	1 696	4 459	4 023	2 322	13 106	25 606
Amonestación pública	149	3 168	4 667	7 552	11 597	27 133
Suspensión	1 833	7 347	8 505	7 370	13 584	38 639
Inhabilitación	66	4 032	7 106	7 894	7 723	26 821
Otras	965	6 822	7 082	3 536	2 372	20 777
Económicas	680	2 063	5 892	3 536	4 914	19 376
Monto (millones de pesos)	1 104.10	9 189.60	5 699.80	19 578.40	32 351.00	67 922.90

Fuente: Secretaría de la Función Pública (2012). Informe del Resultado de la Fiscalización Superior de la Cuenta Pública 2011. México: SFP, p. 171. Recuperado http://www.asf.gob.mx/Trans/Informes/IR2011i/Grupos/Gobierno/2011_0059_a.pdf

Dos 158,352 penalidades, 87,8% (138.976) foram administrativa, e 12,2% (19.376) foram económica, no montante de 67 922,9 milhões de pesos. O número de sanções aumentou 7 vezes nos quatro primeiros períodos, a partir de 5389, no primeiro período para 34,501 sanções no quarto trimestre, e cresceu 10 vezes para passar 53,296 penalidades no último período.

Dois terços (68,3%) 94,880 sanções administrativas impostas 1983-2012 não foram graves, enquanto o outro terço (31,7%) em si é considerado grave. sanções não graves foram distribuídos da seguinte forma: 40,7% (38.639) eram de suspensões; 28,6% (27 de 133) advertências públicas, 27,0% (25 606) para avisos privados e 3,7% (3502) para intimações. No caso de sanções severas, 60,8% (26.821) eram de desqualificações e 39,2% (17 de 275) para disparos. Note-se que os tipos de sanção administrativa mais aumentou de 1983 para 2012 foram graves, especificamente desqualificações, que passou de 66 no período 1983-1988 para 7.894 em 2001-2006.

Criminal para servidores públicos da APF pela suprema de auditoria para a redução da recorrência de irregularidades, as sanções têm sido pouco ou nenhum como mostrado no resumo de 15 anos

de contas públicas de auditoria para os anos de 1998 a 2013, como 664 queixas ao longo dos anos, só houve 12 dotações equivalentes a 0,018% (tabela II).

Tabla II. Denuncias penales
Cuentas Públicas de 1998 a 2013
(Corte al 31 de diciembre de 2015)

Cuenta pública	Denuncias presentadas	Estatus Legal			No ejercicio de la acción penal
		Trámite	Reserva	Consignadas	
1988	2	1	0	0	1
1999	13	8	1	0	4*
2000	2	0	0	1	1*
2001	0	0	0	0	0
2002	0	0	0	0	0
2003	1	0	0	1	0
2004	4	3	0	0	1
2005	3	0	0	0	3
2006	4	3	1	0	0
2007	2	2	0	0	0
2008	10	8	0	2	0
2009	88	78	1	8	1
2010	140	133	2	4	1
2011	133	127	3	3	0
2012	151	149	0	2	0
2013	29	29	0	0	0
Total	582	541	8	21	12

*Una investigación previa de la ASF relativa a la cuenta pública 2000, se acumuló a una cuenta pública 1999. Adicionalmente se han presentado 82 denuncias de hechos por concepto de simulación de reintegros, de los cuales 66 se encuentran en trámite, 1 en reserva y 15 en amparo. Total de denuncias presentadas: 664.

Fuente: ASF (2014, p. 151)

A tabela pode ser visto que faz pouco ou nada para a ASF detectar e verificar inúmeros crimes que causam sofrimento para o erário público se os responsáveis não são julgados e punidos de acordo com a legislação penal. Apesar das ações tomadas pelo governo para combater a corrupção, como as reformas jurídicas para esclarecer as responsabilidades dos funcionários públicos, melhorar os mecanismos de controlo interno, estabelecer serviço profissional de carreira, entre outros, eles não têm sido suficientes para melhorar a percepção da sociedade em relação à corrupção nas instituições públicas.

Quarta fase: Discussão

corrupção administrativa aumenta os custos de transação a partir do momento em que os procedimentos e serviços por escritórios burocráticos estão atrasadas, triangulada e caro. Em particular, a corrupção nos contratos públicos provoca uma série de altos custos e as consequências graves de repercussões não só econômica, mas também políticos e sociais por causa das várias maneiras em que isso pode ocorrer.

A autoridade tem agências governamentais que executam uma série de processos que envolvem o recrutamento e gestão de recursos humanos (burocracia), compra de materiais e suprimentos (procurement), gestão de recursos financeiros (despesa pública) e entrega de mercadorias e / ou serviços produzidos. autoridade governamental para administrar essas áreas de recursos de interação público-privada e / ou pública-pública surgem em que há uma probabilidade de práticas ilícitas e desonestas.

Paolo Mauro (1995), as consequências negativas da corrupção distorce a economia, especialmente nas variáveis macroeconômicas, que contribuem para ineficiências administrativas em projectos do sector público e criar privilégios no sector privado. Assim, tanto o investimento interno e externo é reduzido e a aplicação de novas ideias e inovações tecnológicas e, portanto, reduz o crescimento econômico.

Uma consequência direta está relacionada com os custos mais altos de transações originadas em pagamentos não oficiais feitas por funcionários públicos em processos de adjudicação de contratos públicos; essas irregularidades em processos de aquisição juntamente com perdas de padrão, gerar caro transferido para um preço mais elevado de bens e serviços comercializados.

A corrupção aumenta os custos de transação, porque aumenta a ineficiência administrativa, como resultado da introdução de atrasos e requisitos para forçar o pagamento de subornos desnecessários. Por exemplo, o único estudo chamado de Índice de honestidade e eficiência na geração de Infra-estruturas Públicas, elaborado pela empresa CEI Consulting & Research

apresenta uma análise do custo das despesas públicas exercida para construir infra-estrutura pública no México cobrindo um período de 30 anos 1973-2003, publicado em agosto de 2005, e analisa o Distrito Federal (Cidade do México) e os 31 estados da República mexicana. O foco do estudo é a diferença entre a infra-estrutura existente e os gastos públicos exercidos, representando recursos desviados fraude, peculato, desperdício ou má gestão. Os resultados variam de 0 a 6. Os valores mais próximos de 0 têm uma melhor qualidade no exercício de seus recursos em infra-estrutura: Michoacán (0,149), Jalisco (0,328) e Baja California (0,434). Perto de 6 valores refletem a pior posição: Distrito Federal, Campeche e Tabasco com 5.793, 3.238 e 2.355, respectivamente (ASF, 2012, p. 29).

Nesses dados, há uma percepção de que os governos municipal, estadual e federal exercer mais gastos do que o que realmente vale obras em pontes, estradas, escolas e hospitais, entre outros; no entanto, não foi capaz de estimar o custo real que representa o desperdício de recursos públicos na infra-estrutura de geração.

No entanto, a corrupção não se limita ao sector público, mas abrange o setor privado, para a introdução de irregularidades em processos de aquisição, permitidos ou redução é promovido na qualidade dos produtos ou serviços, promovendo condições desiguais concorrência. Por exemplo, o diagnóstico sobre o Impacto de fraude e corrupção nas PME, no México, elaborado pela CEI Consulting & Research, destina-se a medir o impacto económico e administrativo da corrupção em pequenas e médias empresas, que em 2004 gerou 315 milhares de postos de trabalho e 42,0% do PIB (ASF, 2012, p. 67).

Enquanto isso, a Pesquisa de fraude e corrupção KPMG (2008) observou que 44% das empresas em México feito pagamentos não oficiais a funcionários públicos, sendo participantes de corrupção, bem como 47% dos empresários e donos de empresas enfrentam a necessidade de fazer um pagamento extra-oficial para pagar (citado por Casar, 2015, p. 29)

A corrupção também influencia negativamente as receitas composição e do governo, aumentar os gastos e reduzir as receitas fiscais, aprofundando o déficit fiscal e tornando-se os gastos públicos

menos produtivos. Consequentemente, pode-se concluir que a corrupção direta e indiretamente influencia negativamente no crescimento económico e no desenvolvimento de um país, estrangulando a economia e corroendo a herança social (ASF, 2012).

De acordo com o Banco do México e do Banco Mundial, a corrupção no país é equivalente a 9% do PIB, semelhante ao do México Economic Watch como é que vamos descobrir? (2015), o que coloca os custos econômicos da corrupção em US \$ 341 bilhões de pesos por ano, o que teria acrescentado para a economia se tinha reduzido a percepção de corrupção. A perda de produtividade de capital (rácio entre o PIB eo investimento total) se reflete em uma menor quantidade de investimento, é de até 5% menor em países corruptos. Para o FMI, um aumento de um ponto na escala de 0 a 10 em corrupção gera uma perda de 2% no crescimento do PIB.

Para o México como estamos fazendo? (2015), um outro custo do impacto económico da corrupção é o investimento público, o que representou 15% em 2014, de modo que o investimento produtivo nesse ano pode ter sido maior em 84 bilhões de pesos na ausência de corrupção. Se os cortes orçamentais anunciados pela Secretaria de Fazenda e Crédito Público foi de US \$ 124 bilhões de pesos, a redução pode ter sido um terço do que foi feito se a corrupção é reduzida.

Além disso desvios ocorrem gerando desigualdade de recursos em termos de redistribuição e restringir as possibilidades de os cidadãos para atingir padrões mais elevados de vida, para impedir a utilização dos recursos públicos é ideal para o benefício da sociedade. Da mesma forma, e como resultado, a corrupção pode fazer pobreza mais cruel e persistente, permitindo e aumentando a desigualdade de renda e fazer mais e mais pessoas se mudam para se juntar às fileiras de extrema pobreza.

Antes que o ponto de viragem que atingiu a relação entre corrupção e desempenho do governo, várias organizações da sociedade civil pressionaram por uma emenda constitucional para promulgar uma nova lei geral sobre a transparência, o acesso à informação pública e proteção de dados pessoais, e adotar um Sistema Nacional Anti-Corrupção no início de 2015. Entre os objetivos da Lei Geral são as leis locais em harmonia com a Lei Geral e padronizar os princípios, critérios e procedimentos para análise e ponderação em todo o país.

O SNA procura a coordenação entre as autoridades de todos os níveis de governo para a prevenção, detecção e punição de atos de corrupção e responsabilidades administrativas, e para a supervisão e controle dos recursos públicos. Para este fim, os constitucionais concede reforma poderes à Auditoria Superior da Federação, o Ministério da Função Pública, o Tribunal Federal de Justiça Administrativa (TFJA), ea Promotoria Especial de Combate à Corrupção (FECC). Estes quatro eixos de combate à corrupção será acompanhado por um Comité de Coordenação composto pelos titulares de combate à corrupção, bem como chefe do IFAI, um representante do Conselho Judicial e um da Comissão para a Participação Cidadã (Casar, 2015, p. 52).

A reforma estabelece a obrigação dos funcionários públicos para declarar conflitos de interesse e penalidades para aqueles que se dedicam a estes, penas severas em termos de legislação penal aplicável aos funcionários públicos e / ou indivíduos que cometam atos de corrupção, o titular SFP (ou corpo que substitui-lo) será ratificado pelo Senado uma proposta pelo Executivo, entre outros.

O SFP permanecerá responsável pela correta e investigar atos de corrupção ou omissões que constituem responsabilidades administrativas e punir uma conduta não bruto. Você também deve agora apresentar queixas de actos ou omissões que constituem o crime antes de SCCF. Este é o órgão responsável por investigar e proceder a acusações de casos de corrupção submetidas por qualquer dos órgãos competentes. A este respeito, a aprovação e implementação do SNA é um passo em frente no arranjo institucional da corrupção luta, mas sua mera criação não garante nada (Casar, 2015, p. 52).

A ASF é reforçada nos seus poderes podem supervisionar as finanças públicas nos anos para executar seu exercício. Você também pode fazer recursos auditorias de contribuições federais a estados e monitorar possíveis atos ilegais oportunas cometidos em anos anteriores. Sobre as sanções, o TFJA está equipado com plena autonomia para ditar seu fracasso para punir funcionários públicos nos três ramos, por responsabilidade administrativa grave e organismos autónomos da federação e, se necessário, os estados e entidades municipais.

No entanto, para ser bem sucedido esta reforma terá que criar capacidades institucionais como Jocelyne Bourgon (2010) aponta, a administração pública exige a construção da capacidade colectiva para alcançar resultados públicos avaliando as tendências do passado e preservar as capacidades existentes. Ou seja, essa capacidade coletiva será composta por: a) capacidade institucional b) Capacidade organizacional, c) e capacidade de antecipação d) capacidade de adaptação.

Tabla III. Capacidades institucionais pubianos para alcançar resultados

Capacidades	Significado
Institucional	El Estado tiene la capacidad de hacer leyes y lograr que se cumplan; de establecer impuestos y gastar sin corrupción; de separar los poderes legislativo, ejecutivo y judicial; y de rendir cuentas por el ejercicio del poder. Para el caso de México, la construcción de esta capacidad podría tomar años.
Organizacional	Genera las bases para lograr resultados públicos. Ello significa que se pueden entregar bienes públicos de alta calidad al menor costo posible para la sociedad; que los usuarios pueden realizar un proceso de retroalimentación que permita continuos mejoramientos e innovaciones en los servicios entregados de manera centralizada; y que se utilicen modernas tecnologías de información y comunicación, lo que permite reducir el número de intermediarios y empoderar a los usuarios a lo largo del proceso de suministro de servicios.
Anticipatoria	Significa que los gobiernos tengan la capacidad de anticipar, detectar e intervenir proactivamente cada vez que sea necesario. También implica construir una capacidad colectiva para anticiparse, innovar y adaptarse.
Adaptativa	Se refiere a la capacidad del gobierno para construir y promover la capacidad colectiva de aprender y adaptarse y asegurar una distribución más equitativa de los riesgos, como una manera de mitigar los impactos negativos en las sociedades vulnerables.

Fuente: elaboración propia a partir de Bourgon (2010).

Neste sentido, as relações de poder são modificados deixando para trás as relações piramidais, práticas centralizadas, políticas intervencionistas, o monopólio económico das burocracias, a opacidade de escritórios burocráticos, o interesse público definido, principalmente, pela autoridade e falta de espaços para a organização da sociedade tem uma margem de conduta na definição de assuntos coletivos.

Conclusões

A existência de leis em matéria de transparência, regras orçamentais, a criação de novos órgãos de controlo de gestão e construção de um sistema de prestação de contas significou um grande avanço para o combate à corrupção no seio da administração pública, mas não foi o suficiente. O problema é principalmente na eficácia e não sobre a existência de instituições de corrupção por si só. Enquanto os organismos responsáveis pela luta contra a corrupção tem orçamental autonomia, técnica e de gestão (ASF, SFP), no caso do México o arranjo institucional não garante uma autonomia constitucional para que eles tenham maiores poderes no sistema de controle e fazer suas recomendações e observações são abordadas pelas entidades auditadas com mais rapidez e oportunidade, e são obrigatórios com o Estado de direito.

Criando SNA abre o caminho para um novo quadro institucional para combater a opacidade e responsabilização dos escritórios do governo, mas sua mera criação não é garantia de nada. Enquanto o governo não consegue se comunicar que a partir da administração pública garante o interesse público, sem regras, sem instituições ou sanções suficientes para mudar a classificação baixa da população no combate à corrupção e, portanto, a administração pública torna-se a parte mais visível dos custos de transação governo, promovendo assim condições de incerteza na sociedade sobre os baixos níveis de investimento e crescimento económico.

Bibliografía

Aguilar Villanueva, Luis F. (1990). *Políticas Públicas*. *Revista del Colegio*, 4, p. 170.

Auditoría de la Federación (2012). *Perfil de México a través de indicadores clave*. México: ASF.

Auditoría Superior de la Federación (2011). *Informe de actividades 2010*. México: Cámara de Diputados.

Ayala Espino, José (1996). *Mercado, elección pública e instituciones. Una revisión de las teorías modernas del Estado*. México: Miguel Ángel Porrúa/Facultad de Economía-UNAM.

Ayala Espino, José (1997). *Economía pública. Una guía para entender al Estado*. México: Facultad de Economía-UNAM.

Ayala Espino, José (2011). *Instituciones y economía. Una introducción al neoinstitucionalismo económico*. México: FCE.

Auditoría de la Federación (2014). Informe de Resultados de la Cuenta Pública 2014. Recuperado
<http://www.asf.gob.mx/Trans/Informes/IR2014i/Documentos/InformeGeneral/ig2014.pdf>

Banco Mundial (2013). Wordwilde Governance Indicators: Control of Corruption. Recuperado
<http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.aspx#countryReports>

Bourgon, Jocelyne (2010). *Propósito público, autoridad gubernamental y poder colectivo*. *Revista Reforma y Democracia*, 46, 1-23.

Casar, María Amparo (2015). *México: Anatomía de la corrupción*. México: CIDE/Instituto Mexicano para la Competitividad A.C.

- Mauro, Paolo (1995). *Corruption and Growth*. Quarterly Journal of Economics, 110 (3), 681-712.
- North, Douglas (1990). *Instituciones, Cambio Institucional y Desempeño Institucional*. México: FCE.
- Nienstaedt, Mariana y Zerpa, Denirce (2005). El marco institucional del Banco Central de Venezuela. Recuperado <http://www.Eumed.net/libros/>
- Observatorio Económico México ¿cómo vamos? (2015). Semáforo Económico Nacional 2014. Recuperado <http://www.mexicocomovamos.mx/wp-content/uploads/2015/02/SemaforoNac.pdf>
- Real Academia Española (2001). *Diccionario de la Lengua Española*, 22ª ed., Madrid, España.
- Shah, Anwar y Schacter, Mark (2004). Combating Corruption: Look Before Leap. The World Bank, Recuperado <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2004/12/pdf/shah.pdf>
- Secretaría de la Función Pública (2012). Informe del Resultado de la Fiscalización Superior de la Cuenta Pública 2011. México: SFP. Recuperado http://www.asf.gob.mx/Trans/Informes/IR2011i/Grupos/Gobierno/2011_0059_a.pdf
- Transparencia Internacional (2014). Corruption Perception Index. Brouche. Recuperado <https://www.transparency.org/cpi2014/results>
- Uvalle Berrones, Ricardo (2012). Presentación. En Sánchez González, José Juan. *La corrupción administrativa en México* (pp. 9-25). México: IAPEM.
- Williamson, Oliver (1985). *The Economics Institutions of Capitalism*, The Free Press, New York, traducido al español en 1989 como *Las Instituciones económicas del capitalismo*, México: Fondo de Cultura Económica.
- Williamson, Oliver (1991). *Comparative Economic Organization: The Analysis of Discrete Structural Alternatives*. En *Administrative Science Quarterly*, 36, 269-296.

Williamson, O. E. (1999). *Public and Private Bureaucracies: A Transaction Cost Economics Perspective*. En *The Journal of Law, Economics and Organization*, Vol. 15 (1), 306-342.